



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS (PROGEP)**



**PREGÃO ELETRÔNICO
(COMPRAS)**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23479.004571/2023-05

1. DO OBJETO

- 1.1.** Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) e aquisição de Cadeiras de Rodas e Kits de Primeiros Socorros, visando atender as demandas das unidades administrativas e acadêmicas da UNIFESSPA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS (PROGEP)



ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	Quantidade Total Máxima Estimada	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	321795	MÁSCARA DESCARTÁVEL TRIPLA COM ELÁSTICO, MÁSCARA COM TRIPLA CAMADA PROTETORA COM FILTRO, MATERIAL TECIDO NÃO TECIDO (TNT), COM CLIPE NASAL. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NÃO ESTÉRIL. EMBALAGEM COM 50 UNIDADES, DEVE POSSUIR REGISTRO NA ANVISA PEDIDO MÍNIMO: 40	CAIXA C/ 50	80	44,21	3.536,80
2	269893	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, MÉDIO, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, DESCARTÁVEL, ATÓXICA, AMBIDESTRA, DESCARTÁVEL, FORMATO ANATÔMICO, RESISTENTE À TRAÇÃO - CAIXA COM 100 UNIDADE. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) VÁLIDO E REGISTRO NA ANVISA PEDIDO MÍNIMO: 110	CAIXA	219	18,20	3.985,80
3	269946	LUVAS CIRÚRGICAS TAMANHO 6,5: LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL EM LATEX DE ALTA QUALIDADE, TAMANHO 6,5, COM PÓ BIOABSORVÍVEL, FORMATO ANATÔMICO, EMBALADA EM ENVELOPE CONTENDO UM PAR DE LUVAS. PEDIDO MÍNIMO: 13	PAR	25	1,49	37,25



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS (PROGEP)



4	221201	<p>ABAFADOR RUÍDO AURICULAR, ABAFADOR RUÍDO AURICULAR - AS CONCHAS INDIVIDUAIS DE FORMATO OVAL, MATERIAL PLÁSTICO RÍGIDO, QUALQUER COR, MONTADO EM UMA PEÇA PLÁSTICA COM SUPORTE PARA SEREM ENCAIXADAS NA FENDA (SLOT) DOS CAPACETES; CONCHAS SÃO PREENCHIDAS POR ESPUMA MOLDADA E ESPUMA PLANA; BORDAS DAS CONCHAS SÃO REVESTIDAS COM ALMOFADAS DE MATERIAL PLÁSTICO PREENCHIDAS COM ESPUMA; TAXA DE ATENUAÇÃO NRRSF DE 22 DB. TESTADO E APROVADO PELA NORMA ANSI S12.6- 2008 - MÉTODO B (OUVIDO REAL, COLOCAÇÃO PELO OUVINTE).</p> <p>CARACTERÍSTICAS E APLICABILIDADES: PARA PROTEÇÃO CONTRA RUÍDOS ACIMA DE 85 DB(A). SÓ PODE SER UTILIZADO COM OS CAPACETES DA MARCA MSA; POSSUI UM SISTEMA DE MOLA PARA O AJUSTE JUNTO ÀS ORELHAS QUE PERMITE UMA PRESSÃO ADEQUADA PARA A PROTEÇÃO AUDITIVA; A COLOCAÇÃO DAS CONCHAS DEVE SER FEITA COM CUIDADO PARA NÃO DANIFICAR AS HASTES PLÁSTICA EVITANDO O DESGASTE PREMATURO; AS ESPUMAS E AS ALMOFADAS DE COBERTURA DA CONCHA PODEM SER SUBSTITUÍVEIS E LAVADAS COM ÁGUA CORRENTE E SABÃO NEUTRO, DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) VÁLIDO</p> <p style="text-align: center;">PEDIDO MÍNIMO: 15</p>	UNIDADE	20	182,43	3.648,60
5	322932	<p>ABAFADOR RUÍDO AURICULAR, MATERIAL POLIETILENO, QUALQUER COR, FORMATO CONCHA, TAMANHO REGULÁVEL, USO ABSORÇÃO RUÍDO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS NÍVEL DE</p>	UNIDADE	10	42,02	420,20



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS (PROGEP)



		REDUÇÃO RUÍDO ACIMA DE 85 DB, DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) VÁLIDO PEDIDO MÍNIMO: 5				
6	378097	AVENTAL (JALECO), MATERIAL TNT, TIPO DESCARTÁVEL, TIPO MANGA COMPRIDA, TAMANHO M, COR BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS GOLA, FENDA E CINTO TRASEIROS. PACOTE COM 10 UNIDADES. PEDIDO MÍNIMO: 12	PACOTE	24	43,54	1.044,96
7	318323	LUVA SEGURANÇA, MATERIAL LÁTEX NATURAL, BANHADA COM NEOPRENE, APLICAÇÃO SEGURANÇA E PROTEÇÃO INDIVIDUAL., CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FLOCADA INTERNAMENTE COM ALGODÃO, MODELO PALMA ANTIDERRAPANTE. CARACTERÍSTICA ADICIONAL: PAR - TAMANHO M. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) VÁLIDO E REGISTRO NA ANVISA PEDIDO MÍNIMO: 8	UNIDADE	15	8,87	133,05
8	307270	MÁSCARA MULTIUSO, MATERIAL MANTA SINTÉTICA, TIPO USO DESCARTÁVEL, FINALIDADE PROTEÇÃO: QUÍMICA, POEIRA, NÉVOA, FUMOS, METÁLICOS, TIPO CORREIA ELÁSTICO AJUSTE CABEÇA, TIRA MODULÁVEL AJUSTE NARIZ, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ELEMENTO FILTRANTE PFF1/SEMIFACIAL, DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) VÁLIDO PEDIDO MÍNIMO: 5	UNIDADE	5	6,83	34,15



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS (PROGEP)



9	261028	LUVA DE PROTEÇÃO, MATERIAL: NITRÍLICA, TAMANHO: MÉDIO, ACABAMENTO PALMA: ANTIDERRAPANTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: INTERIOR LISO E ACABAMENTO CLORINADO, DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) VÁLIDO PEDIDO MÍNIMO: 15	UNIDADE	30	11,90	357,00
10	307270	MÁSCARA MULTIUSO, MATERIAL MANTA SINTÉTICA COM TRATAMENTO ELETROSTÁTICO, TIPO USO DESCARTÁVEL, FINALIDADE PROTEÇÃO CONTRA POEIRAS, FUMOS E NÉVOAS TÓXICAS, TIPO CORREIA CINTA ELÁSTICA COM AJUSTE NO ROSTO, TAMANHO ÚNICO, QUALQUER COR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS N95/PFF2, MÍNIMO FILTRAÇÃO 95 PARTÍCULAS ATÉ 0,3. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) VÁLIDO PEDIDO MÍNIMO: 05	UNIDADE	10	4,46	44,60
11	434414	AVENTAL HOSPITALAR, TIPO CIRÚRGICO, MATERIAL* POLIPROPILENO, TAMANHO* ÚNICO, GRAMATURA CERCA DE 50, CARACTERÍSTICA ADICIONAL MANGA LONGA, PUNHO ELÁSTICO, ESTERILIDADE* USO ÚNICO. AVENTAL DESCARTÁVEL VERDE MANGA LONGA TNT; EMBALAGEM C/ 10 UNID PEDIDO MÍNIMO: 05 EMBALAGENS	UNIDADE	100	3,35	335,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS (PROGEP)



12	387700	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, MATERIAL LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, TAMANHO PEQUENO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, DESCARTÁVEL, APRESENTAÇÃO ATÓXICA, TIPO AMBIDESTRA, TIPO USO DESCARTÁVEL, MODELO FORMATO ANATÔMICO, FINALIDADE RESISTENTE À TRAÇÃO. CAIXA COM 100, DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) VÁLIDO E REGISTRO NA ANVISA PEDIDO MÍNIMO: 20	CAIXA	40	23,21	928,40
13	269892	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, MATERIAL LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, TAMANHO GRANDE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, DESCARTÁVEL, APRESENTAÇÃO ATÓXICA, TIPO AMBIDESTRA, TIPO USO DESCARTÁVEL, MODELO FORMATO ANATÔMICO, FINALIDADE RESISTENTE À TRAÇÃO. CAIXA COM 100, DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) VÁLIDO E REGISTRO NA ANVISA PEDIDO MÍNIMO: 12	CAIXA	25	11,92	298,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS (PROGEP)



14	399611	ÓCULOS PROTEÇÃO, MATERIAL ARMAÇÃO POLICARBONATO E NYLON, TIPO PROTEÇÃO LATERAL, MATERIAL PROTEÇÃO POLICARBONATO, TIPO LENTE ANTI-RISCO, ANTI-EMBAÇANTE, COR LENTE INCOLOR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM CORDÃO DE SEGURANÇA, HASTES DE QUALQUER COR, MATERIAL LENTE POLICARBONATO, DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) VÁLIDO PEDIDO MÍNIMO: 30	UNIDADE	60	4,05	243,00
15	286256	LUVA SEGURANÇA, MATERIAL NEOPRENE, TAMANHO 9, APLICAÇÃO PARA PROTEÇÃO TÉRMICA (ALTAS TEMPERATURAS), CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FORRO ISOLANTE C/DUPLA CAMADA DE ALGODÃO, COMPRIMENTO 35,5, MODELO PALMA ANTIDERRAPANTE, DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) VÁLIDO PEDIDO MÍNIMO: 03	UNIDADE	3	37,70	113,10
16	293570	MÁSCARA RESPIRADORA SEMIFACIAL PFF2 VALVULADA: RESPIRADOR DOBRÁVEL SEMIFACIAL SEM CARVÃO ATIVADO COM VÁLVULA PFF2. INDICADO PARA PROTEÇÃO DAS VIAS RESPIRATÓRIAS CONTRA POEIRAS, NÉVOAS E FUMOS. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) VÁLIDO PEDIDO MÍNIMO: 10	UNIDADE	20	5,19	103,80



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS (PROGEP)



17	341737	MÁSCARA, TIPO RESPIRADOR, TIPO USO CARVÃO ATIVADO, TIPO FIXAÇÃO DUPLO SISTEMA TIRAS ELÁSTICAS, CLIP NASAL, VÁLVULA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CLASSE PFF2(POEIRAS, FUMOS, NÉVOAS, VAP. ORGANICOS), FORMATO CONCHA, SEMIFACIAL, TAMANHO REGULAR, DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) VÁLIDO PEDIDO MÍNIMO: 10	UNIDADE	20	2,60	52,00
18	260843	LUVA BORRACHA, MATERIAL: LÁTEX NATURAL, TAMANHO: MÉDIO, COR: AZUL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PALMA ANTIDERRAPANTE, INTERIOR LISO E TALCADO, USO: LABORATÓRIO PEDIDO MÍNIMO: 05	UNIDADE	10	3,90	39,00
19	328707	LUVA SEGURANÇA, MATERIAL RASPA DE COURO, TAMANHO ÚNICO, APLICAÇÃO OPERADOR DE MOTOSSERRA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS DIREITA C/ 3 DEDOS, ESQUERDA C/ 2, VELCRO NO FECHA, MODELO CANO CURTO, DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) VÁLIDO PEDIDO MÍNIMO: 03	PAR	03	15,66	46,98
20	257074	PROTETOR AURICULAR, MATERIAL POLIURETANO, TAMANHO ÚNICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TIPO PLUG, DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) VÁLIDO PEDIDO MÍNIMO: 01		01	1,70	1,70



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS (PROGEP)



21	468372	MÁSCARA MODELO 3D CONFECCIONADA EM TECIDO PERSONALIZADO COM, NO MÍNIMO, DUAS CAMADAS DE TECIDO 100% ALGODÃO, TIPO USO: REUTILIZÁVEL, FINALIDADE: PROTEÇÃO INDIVIDUAL, TIPO CORREIA, AJUSTE: COM AJUSTE E ELÁSTICO NAS ORELHAS. COR DO TECIDO: SERÁ DEFINIDO PELA CONTRATANTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEMIFACIAL (COBRINDO BOCA E NARIZ), IMPRESSÃO DA ARTE EM UMA DAS LATERAIS, ARTE A SER DEFINIDA PELA CONTRATANTE. TAMANHO DE MOLDE: 25 CM X 18 CM (TAMANHO ADULTO FEMININO) PEDIDO MÍNIMO: 08	UNIDADE	15	1,36	20,40
22	423464	LUVA PLÁSTICA TRANSPARENTES FABRICADA EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, COM SUPERFÍCIE RUGOSA, ATÓXICO, INODORO E INCOLOR, TAMANHO: TAMANHO ÚNICO, TIPO USO: DESCARTÁVEL, MODELO: AMBIDESTRA. CAIXA COM 100 UNIDADES. PEDIDO MÍNIMO: 10	CX. C/ 100	20	13,66	273,20
23	322195	CAPACETE SEGURANÇA, MATERIAL POLIETILENO ALTA DENSIDADE, TIPO ABA FRONTAL, QUALQUER COR, APLICAÇÃO CONSTRUÇÃO CIVIL/CIA ELETRICIDADE E INDÚSTRIAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CLASSE B, LOGOTIPO EMPRESA C. A. IMPRESSO, LOCAL, DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) VÁLIDO	UNIDADE	10	22,98	229,80



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS (PROGEP)



		PEDIDO MÍNIMO: 05				
24	395080	MALETA MATERIAL: PLÁSTICO , DIMENSÕES EXTERNAS: 44 X 22 X 24 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TIPO PESCADOR/PRETA/2 BANDEJAS/COMPARTIMENTO E BAÚ PEDIDO MÍNIMO: 05	UNIDADE	9	159,90	1.439,10
25	437862	FITA HOSPITALAR MATERIAL: DORSO EM ALGODÃO , COMPONENTES: ADESIVO À BASE DE ZINCO , COR: COM COR , DIMENSÕES: CERCA DE 50 MM, TIPO: ESPARADRAPO, IMPERMEÁVEL PEDIDO MÍNIMO: 05	ROLO 2.5 M	9	9,64	86,76
26	452796	CLORETO DE SÓDIO FORMA FARMACEUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL , CARACTERISTICA ADICIONAL: SISTEMA FECHADO , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 1: BOLSA/FRASCO ISENTO DE PVC , CONCENTRAÇÃO: 0,9 % PEDIDO MÍNIMO: 09	FRASCO 500 ML	18	4,86	87,48
27	439495	COMPRESSA GAZE MATERIAL: TECIDO 100% ALGODÃO , MODELO: COR BRANCA,ISENTA DE IMPUREZAS , DOBRAS: 5 DOBRAS , COMPRIMENTO: 10 CM, TIPO: 11 FIOS/CM2 , LARGURA: 10 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ESTÉRIL,DESCARTÁVEL , CAMADAS: 8 CAMADAS	PACOTE 10 UN	45	2,13	95,85



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS (PROGEP)



		PEDIDO MÍNIMO: 24				
28	401396	ALGODÃO MATERIAL: EM FIBRA DE ALGODÃO CRÚ , TIPO: HIDRÓFOTO , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: USO EM LABORATÓRIO , APRESENTAÇÃO: MACIO, SEM FIBRAS SINTÉTICAS OU PLÁSTICO PEDIDO MÍNIMO: 05	PACOTE 100 UN	9	12,38	111,42
29	460136	ATADURA EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL , TIPO 1: CREPOM , MATERIAL 1: 100% ALGODÃO , DIMENSÕES: 15 CM, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO PEDIDO MÍNIMO: 09	ROLO 5 M	18	2,11	37,98
30	452355	FITA HOSPITALAR MATERIAL: DORSO EM NÃO TECIDO , COMPONENTES: ADESIVO ACRÍLICO , DIMENSÕES: CERCA DE 2,5 X 10 CM, TIPO: MICROPOROSA , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: HIPOALERGÊNICO , TIPO USO: USO ÚNICO , ESTERILIDADE: ESTÉRIL PEDIDO MÍNIMO: 05	ROLO 4.5 M	9	11,09	99,81
31	432482	ESFIGMOMANÔMETRO AJUSTE: DIGITAL, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: C/ FREQUENCÍMETRO, TIPO FECHO: FECHO EM VELCRO, FAIXA DE OPERAÇÃO: ATÉ 300 MMHG, TIPO*: DE PULSO,	UNIDADE	9	177,49	1.597,41



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS (PROGEP)



		TAMANHO: ADULTO, MATERIAL BRAÇADEIRA: BRAÇADEIRA EM NYLON PEDIDO MÍNIMO: 05				
32	432470	ESFIGMOMANÔMETRO AJUSTE: ANALÓGICO, ANERÓIDE , TIPO FECHO: FECHO EM VELCRO , FAIXA DE OPERAÇÃO: ATÉ 300 MMHG, TIPO*: DE BRAÇO , TAMANHO: ADULTO , MATERIAL BRAÇADEIRA: BRAÇADEIRA EM TECIDO PEDIDO MÍNIMO: 01	UNIDADE	2	81,12	162,24
33	438928	ESTETOSCÓPIO HASTE: HASTE AÇO INOX , TUBO: TUBO "Y" PVC , AUSCULTADOR: AUSCULTADOR DUPLO AÇO INOX , TIPO: BIAURICULAR , ACESSÓRIOS: OLIVAS ANATÔMICAS SILICONE PEDIDO MÍNIMO: 02	UNIDADE	4	67,17	268,68
34	257708	OXÍMETRO DIGITAL FAIXA MEDIÇÃO OXIGÊNIO: 0 A 99 PER, TOLERÂNCIA MÁXIMA ERRO MEDIÇÃO: 1% PARA 0,1 MG/L , FAIXA TEMPERATURA: -5 A 45 °C, TIPO CORREÇÃO PRESSÃO ATMOSFÉRICA: MANUAL , TIPO: PORTÁTIL , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ELETRODO OXIGÊNIO E BOLSA TRANSPORTE PEDIDO MÍNIMO: 05	UNIDADE	9	115,21	1.036,89
35	389557	MONITOR PORTÁTIL COMPONENTES: COM LANCETAS, TIRAS , FAIXA DE OPERAÇÃO: ATÉ 600 MG/DL, TIPO DE ANÁLISE: QUANTITATIVO DE GLICOSE , TIPO AMOSTRA: SANGUE CAPILAR , MEMÓRIA: 250 A 500 TESTES , TEMPO RESPOSTA: ATÉ 10 S,	UNIDADE	9	98,00	882,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS (PROGEP)



		OPERAÇÃO: DIGITAL , ACESSÓRIOS: LANCETADOR, SOLUÇÃO CONTROLE PEDIDO MÍNIMO: 05				
36	420062	CADEIRA DE RODAS TIPO FUNCIONAMENTO: MANUAL , TIPO CONSTRUTIVO: DOBRÁVEL , MATERIAL ESTRUTURA: AÇO CARBONO , ACABAMENTO ESTRUTURA: PINTURA EPÓXI , APOIO BRAÇO: APOIO BRAÇOS ESCAMOTEÁVEIS , TIPO DE PNEU: PNEUS DIANTEIROS GIRATÓRIOS MACIÇOS 8" , TIPO PNEU TRASEIRO: TRASEIRO FIXO 24" , TIPO FREIO: FREIO BILATERAL , APOIO PÉS: APOIO PÉS REGULÁVEL , CAPACIDADE MÁXIMA: ATÉ 200 K PEDIDO MÍNIMO: 03	UNIDADE	9	1.242,02	11.178,18
37	456408	REANIMADOR MANUAL MATERIAL BALÃO: SILICONE , CAPACIDADE BALÃO: CERCA 2,0 L, COMPONENTE 1: MÁSCARA PLÁSTICO RÍGIDO C/ COXIM SILICONE , TIPO VÁLVULA: VÁLVULA UNIDIRECIONAL POP OFF CERCA 60 CMH2O , COMPONENTE 2: RESERVATÓRIO DE O2 EM PLÁSTICO C/ VÁLVULA , COMPONENTES 3: ENTRADA DE O2 E EXTENSOR PVC , TAMANHOS: ADULTO PEDIDO MÍNIMO: 01	UNIDADE	2	183,33	366,66
38	462193	DEFIBRILADOR TIPO: EXTERNO AUTOMÁTICO , TIPO ONDA: BIFÁSICA , TEMPO MÁXIMO CARGA: ATÉ 10 S, MEMÓRIA: GRAVAÇÃO ECG / EVENTOS / RCP , PESO: CERCA DE 3 KG, ALIMENTAÇÃO: BATERIA LÍTIO , COMPONENTE: PÁS EXTERNAS E ADESIVAS , COMPONENTES ADICIONAIS: TELA C/ MENSAGEM DE	UNIDADE	1	7.200,00	7.200,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS (PROGEP)



		TEXTO , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COMANDO DE VOZ , TIPO MÓDULO: PORTÁTIL, C/ ALÇA TRANSPORTE, MALETA PEDIDO MÍNIMO: 01				
39	411867	MACA DE RESGATE, MATERIAL:POLIETILENO, TIPO:PRANCHA, TAMANHO:ADULTO, LARGURA:CERCA DE 0,40 M, CAPACIDADE DE CARGA:ATÉ 250 KG, COMPONENTES:ATÉ 5 CINTOS DE SEGURANÇA, COMPONENTES 01:CINTO IMOBILIZADOR PARA CABEÇA PEDIDO MÍNIMO: 05	UNIDADE	9	694,00	6.246,00
40	455891	ÓRTESE PARA COLUNA VERTEBRAL, MODELO:COLAR CERVICAL BIVALVADO, MATERIAL:POLIPROPILENO, REVESTIMENTO:ACOLCHOADO, ESTRUTURA:APOIO MENTONIANO, OCCIPITAL E ESTERNAL, TIPO FECHO:TIRAS AJUSTÁVEIS EM VELCRO, ADULTO, TAMANHO: PP PEDIDO MÍNIMO: 02	UNIDADE	9	142,66	1.283,94
41	455891	ÓRTESE PARA COLUNA VERTEBRAL, MODELO:COLAR CERVICAL BIVALVADO, MATERIAL:POLIPROPILENO, REVESTIMENTO:ACOLCHOADO, ESTRUTURA:APOIO MENTONIANO, OCCIPITAL E ESTERNAL, TIPO FECHO:TIRAS AJUSTÁVEIS EM VELCRO, ADULTO, TAMANHO: P. PEDIDO MÍNIMO: 02	UNIDADE	9	142,66	1.283,94



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS (PROGEP)



42	455891	ÓRTESE PARA COLUNA VERTEBRAL, MODELO:COLAR CERVICAL BIVALVADO, MATERIAL:POLIPROPILENO, REVESTIMENTO:ACOLCHOADO, ESTRUTURA:APOIO MENTONIANO, OCCIPITAL E ESTERNAL, TIPO FECHO:TIRAS AJUSTÁVEIS EM VELCRO, ADULTO, TAMANHO: M PEDIDO MÍNIMO: 02	UNIDADE	9	142,66	1.283,94
43	455891	ÓRTESE PARA COLUNA VERTEBRAL, MODELO:COLAR CERVICAL BIVALVADO, MATERIAL:POLIPROPILENO, REVESTIMENTO:ACOLCHOADO, ESTRUTURA:APOIO MENTONIANO, OCCIPITAL E ESTERNAL, TIPO FECHO:TIRAS AJUSTÁVEIS EM VELCRO, ADULTO, TAMANHO: G PEDIDO MÍNIMO: 02	UNIDADE	9	142,66	1.283,94
44	483560	MANEQUIM RCP ANATÔMICO ADULTO/TORSO – MODELO ANATÔMICO HUMANO; CONFECCIONADO EM MATERIAL SINTÉTICO MAIS PRÓXIMO DA PELE HUMANA, DURÁVEL E INQUEBRÁVEL; TORSO; ASSEXUADO; MEDINDO APROXIMADAMENTE 70 CM.; NÃO DISSECÁVEL; COMPOSTO POR CABEÇA E TRONCO; PARA SIMULAÇÃO DE RCP; INCLUINDO MANOBRA DE VENTILAÇÃO E MASSAGEM CARDIACA EXTERNA; ACONDICIONADO EM BOLSA APROPRIADA PARA CONSERVAÇÃO E TRANSPORTE; A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ ATENDER A	UNIDADE	2	823,86	1.647,72



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS (PROGEP)



		LEGISLAÇÃO ATUAL VIGENTE. PEDIDO MÍNIMO: 01				
45	481791	LENÇOL DESCARTÁVEL, 70MX50CM, PICOTADO, 100% DE FIBRAS CELULOSICAS, COM GRAMATURA DE NO MINIMO 28 G/M², COM NO MÍNIMO 50 CM DE LARGURA E 50 M DE COMPRIMENTO, BRANCO, COM ALVURA MÍNIMA DE 80 %, RESISTENTE, FLEXÍVEL, ISENTO DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS E ALERGÊNICAS, SEM FUROS, MANCHAS, RASGOS OU OUTROS DEFEITOS, UNIFORMEMENTE ENROLADO EM TUBO OCO PEDIDO MÍNIMO: 10	ROLO	20	8,40	168,00
46	325014	LENÇO DE PAPEL MACIO COM FOLHAS DUPLAS. CAIXA COM 50 LENÇOS. PEDIDO MÍNIMO: 10	CAIXA	20	4,99	99,80
VALOR TOTAL: R\$ 53.874,53 (Cinquenta e três mil e oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e três centavos)						



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS (PROGEP)



- 1.2.** Todos os itens a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 1.3.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura da Ata de Registro de Preços.
- 1.4.** Havendo divergência entre a descrição do objeto constante no edital e a descrição do objeto constante no site do COMPRASNET ou na nota de empenho, prevalecerá, sempre, a descrição deste Termo de Referência.
- 1.5.** O critério de julgamento adotado será o menor preço por item.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1.** A Justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

- 3.1.** A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 4.1.** Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, e do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.
- 4.2.** De acordo com o art. 1º da Lei 10.520/2002, para a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) e aquisição de Cadeiras de Rodas e Kits de Primeiros Socorros, poderá ser adotada a licitação na modalidade pregão, já que estes produtos são de uso comuns e se enquadram dentro dos padrões de desempenho e qualidade usuais do mercado.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 5.1.** A futura contratada deverá obedecer aos critérios de sustentabilidade descritos abaixo:
- 5.1.1.** Todos os itens/bens/materiais/equipamentos deverão ser seguramente embalados com material reciclável (Lei nº 12.305/2010, artº 32).
- 5.1.2.** As embalagens devem ser fabricadas com material que propiciem a reutilização ou reciclagem;
- 5.1.3.** Os bens não podem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS (PROGEP)



- 5.1.4.** Todo o material a ser fornecido deverá considerar a composição, características ou componentes sustentáveis, atendendo, dessa forma, o disposto na IN no 01, de 19 de janeiro de 2010, Capítulo III, art. 5.º, I, II, III e § 1º, exceto aqueles em que não se aplica a referida instrução.
- 5.1.5.** A Contratada deverá adotar, no que couber, as disposições da Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 01, de 19 de janeiro de 2010; da Resolução CONAMA Nº 362, de 23 de junho de 2005; da Resolução CONAMA Nº 416, de 30 de setembro de 2009; bem como da Resolução CONAMA Nº 340, de 25 de setembro de 2003, para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento dos impactos ambientais específicos.
- 5.1.6.** A Contratada deverá, ainda, respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.
- 5.1.7.** A Contratada deverá também dispor e apresentar o Certificado de regularidade no Cadastro Técnico Federal do Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em nome do fabricante dos produtos ofertados.
- 5.1.8.** No descarte das embalagens e/ou na montagem dos produtos constantes deste documento poderão ocasionar um grande volume de lixo a ser descartado. Para minimizar esses danos é necessário que haja um descarte de forma correta do resíduo produzido.
- 5.1.9.** A Contratada deverá comprometer-se com a Sustentabilidade Ambiental, nos termos das exigências impostas pela IN 01/2010, mediante apresentação de Declaração, no ato da assinatura do contrato.
- 5.1.10.** Conforme o dispositivo da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, Capítulo III, art 5 do MPOG, para aceitação da proposta a empresa deverá prevê adoção das seguintes práticas de sustentabilidade no fornecimento do material e execução dos serviços, quando couber
- 5.1.10.1.** Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
 - 5.1.10.2.** Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
 - 5.1.10.3.** Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
- 5.1.11.** Ressalte-se que foram observadas as regras contidas no Decreto nº 7.746 de 2012, no que é cabível.
- 5.1.12.** A presente contratação deverá observar os benefícios concedidos às microempresas e empresas de pequeno porte, em especial quanto ao realizar processo licitatório



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS (PROGEP)



preferencialmente destinado às microempresas e empresas de pequeno porte ou com cotas específicas destinadas as mesmas.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, em remessa única, contados da data do envio eletrônico da Nota de Empenho (NE) devidamente assinada, acompanhada pela respectiva Autorização de Fornecimento (AF), no endereço:

6.1.1. Unidade III - Cidade Universitária, Avenida dos Ipês, s/nº, Loteamento Cidade Jardim-Nova Marabá/PA – CEP:68.507-000.

6.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 25 (vinte e cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS (PROGEP)



7.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

8.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

8.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS (PROGEP)



8.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8.1.7. Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc....

8.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS (PROGEP)



11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS (PROGEP)



sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS (PROGEP)



VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS (PROGEP)



14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

14.1.1. Devido ser material a pronta a entrega e que possui garantia do fabricante.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- a) Falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Fraudar na execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) Cometer fraude fiscal.

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- ii) **Multa:**
 - (1) Moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - (2) Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- iii) **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- iv) **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- v) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS (PROGEP)



- 15.3.** A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
- 15.4.** As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 15.5.** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 15.5.1.** Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 15.5.2.** Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 15.5.3.** Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 15.6.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 15.7.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 15.7.1.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (TRINTA) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 15.8.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 15.9.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 15.10.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS (PROGEP)



- 15.11.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 15.12.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 15.13.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

- 16.1.** As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 16.2.** Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 16.3.** Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 16.3.1.** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 16.4.** Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 16.4.1.** Valores unitários: conforme tabela de preços contida no item 1.1.
- 16.5.** O critério de julgamento da proposta é o menor preço unitário.
- 16.6.** As regras de desempate entre propostas estão discriminadas no edital.

17. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

- 17.1.** O custo estimado da contratação é de R\$ 50.049,83 (Cinquenta mil e quarenta e nove reais e oitenta e três centavos).

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

- 18.1.** A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS (PROGEP)



19. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO E JUSTIFICATIVA PARA A UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

- 19.1. A presente licitação para aquisição dos materiais objeto deste documento deverá ser realizada por item, de forma a aumentar a competitividade entre os possíveis fornecedores buscando alcançar a proposta mais vantajosa para a Administração.
- 19.2. Considerando a limitação de espaço físico e a possibilidade de aquisição de quantitativos de forma parcelada durante o período de vigência da Ata, optou-se pelo fornecimento dos bens através do sistema de registro de preços fundamentado no art. 3º, inciso II, do Decreto nº. 7.892/2013, conforme a seguir transcrito:
- (...) Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses: (...) II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
- 19.3. A utilização do sistema de registro de preços é a forma que mais se adequa as necessidades desta universidade, em razão da sua vantajosidade, em conformidade com o que preceitua o art. 3º, do Decreto n. 7.892/2013, especificamente quanto ao inciso "II", do referido decreto.
- 19.4. Todos os materiais constantes nesse documento são independentes entre si, ou seja, para que seja adquirido e utilizado não há necessidade de outro, por este motivo devem ser licitados por item.
- 19.5. Outro fator da divisibilidade dos itens é calendário de contratações da Unifesspa, onde os requisitantes geralmente podem solicitar o empenho dos materiais 02 (duas) vezes ao ano conforme suas necessidades e para não lotar o almoxarifado da Unifesspa sem necessidade, podendo fazer com o que mesmo possa ser utilizado de outras formas a fim de otimizar as atividades de tal setor.
- 19.6. Faz-se entender que a utilização de Sistema de Registro de Preços está justificada, pois a Administração Pública está indicando o objeto que pretende adquirir e informando os quantitativos estimados e máximos pretendidos. Ressalta-se que diferentemente da licitação convencional, não há o compromisso assumido de contratação, nem mesmo de utilização dos quantitativos estimados. O Sistema de Registro de Preços constitui um importante instrumento de gestão, onde as demandas são incertas, frequentes ou de difícil mensuração.
- 19.7. A opção pelo Sistema de Registro de Preço – SRP tem como um de seus objetivos principais o princípio da Economicidade, que em termos práticos significa ganhos reais na economia de recursos financeiros, uma vez que a aquisição/contratação poderá ser gradativa, de acordo com a necessidade da Administração.
- 19.8. Em consonância com o Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, verifica-se a viabilidade de realização de licitação sob o regime de registro de preços por prazo fixo e determinado para os bens em tela.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS (PROGEP)



- 19.9. Ainda segundo o Decreto, nº 7.892 a Unifesspa não está obrigada a contratar o quantitativo mencionado, posto que as aquisições serão realizadas na medida da necessidade e conveniência da Administração.
- 19.10. O registro de preços visa estabelecer o preço máximo que a empresa licitante/ vencedora/ contratada poderá exigir da Unifesspa, durante o prazo de validade da ata de registro de preços que será de 12 (doze) meses, conforme disposto no Decreto nº 7.892 de 2013, nas condições e formas mencionadas neste Termo de Referência.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

- 20.1. Será permitida a Adesão da Ata por outros entes da Administração conforme prevê o DECRETO nº 9.488, de 30 de agosto de 2018.
- 20.2. Justifica-se a permissão de Adesão à Ata visando aumentar o interesse dos fornecedores e garantir o sucesso desta licitação. Além disso, tais itens se enquadram com a especificação e características comuns para atualização dos órgãos da Administração Pública.
- 20.3. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

Marabá/PA, 31 de maio de 2023.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

Responsáveis pela elaboração do TR	
Nome:	
DAIR SOUSA SILVA	
E-mail:	Setor / Unidade:
dair@unifesspa.edu.br	DSQV/PROGEP
Nome:	
AMANDA ALVES DE MELO	
E-mail:	Setor / Unidade:
Amanda.alves@unifesspa.edu.br	CTEC/PROGEP